

OS ESTUDOS SOBRE OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA ATRAVÉS DAS PESQUISAS CONCLUÍDAS NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

Lívia Carolina Vieira e Marcus Fernandes Marcusso
IFSULDEMINAS – IFC
livia.vieira@ifsuldeminas.edu.br - marcus.marcusso@ifc.edu.br

RESUMO

A Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que passaram a ter natureza jurídica de autarquia, o que lhes conferiu autonomia administrativa, didático-pedagógica, disciplinar e patrimonial. O objetivo deste artigo é fazer um levantamento da produção acadêmica que trata dos Institutos Federais. Os trabalhos foram coletados no Banco de Teses Capes, local em que se encontra reunida toda a produção da Pós-Graduação do Brasil, de 1987 até hoje, no que diz respeito a stricto sensu, ou seja, mestrados e doutorados. Nós utilizamos como metodologia a bibliometria. Foi realizado um levantamento dos trabalhos disponibilizados no Banco de Teses Capes, com as expressões exatas “instituto federal” e “rede federal de educação”, em seguida foram selecionados dos resultados os trabalhos que tratavam especificamente dos Institutos Federais. O artigo é um ponto de partida para estudos além de auxiliar os profissionais de tais instituições na identificações dos trabalhos que podem orientarem suas práticas.

PALAVRAS-CHAVE: IFETs, Banco de Teses Capes, Rede Federal

A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO: ESTADO E POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (PRONATEC)

1. INTRODUÇÃO

Nos países capitalistas periféricos, como o Brasil, os grandes fluxos de capital estrangeiro, em forma de empréstimos bancários e de investimentos diretos de empresas multinacionais, resultaram no desenvolvimentismo, baseado na expansão econômica e na industrialização de certas áreas. A experiência desenvolvimentista no Brasil tomou corpo a partir da década de 1950, com os governos Vargas e JK, e se estendeu por todo o período da ditadura militar (1964-1985). Segundo Pedro Fonseca, o conceito de desenvolvimentismo apresenta um *“núcleo duro”, que o caracteriza em suas várias manifestações concretas, como a defesa: (a) da industrialização; (b) do intervencionismo pró-crescimento; e (c) do nacionalismo*”. (FONSECA, 2004, p.226)

Num contexto de crise econômica, iniciado em 1970, ocorreram as eleições de Ronald Reagan à presidência dos Estados Unidos, em 1980, e de Margareth Thatcher, como primeira-ministra da Inglaterra, em 1979, o que abriu caminho para uma mudança importante nas diretrizes econômicas desses países, e sua conseqüente influência nas estruturas das demais economias capitalistas: Tratava-se da ascensão do paradigma neoliberal. Segundo alguns teóricos do neoliberalismo¹ as raízes da crise poderiam ser identificadas no poder do movimento operário, *“que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.”* (ANDERSON, 1995, p.14). Ainda de acordo com os teóricos neoliberais, esses dois processos foram responsáveis pela destruição dos níveis necessários de lucros das empresas e pelos processos inflacionários que não podiam deixar de terminar numa crise generalizada das economias de mercado. Segundo Perry Anderson (1995) a solução proposta por eles era clara: 1) manutenção de um Estado forte em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas fraco, ou omisso, em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas; 2) A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo, por meio de uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar; 3) A restauração da taxa "natural" de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho; 4) Redução de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Em síntese, as políticas neoliberais propunham a diminuição do papel do estado na economia (o “estado-mínimo”), o que seria obtido, essencialmente, com a privatização de empresas estatais e diminuição dos gastos públicos. De acordo com Anderson, *“os anos 80 viram o triunfo mais ou menos*

¹ Basicamente os membros Sociedade de Mont Pèlerin, uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, entre eles se destacavam Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi e Friedrich Hayek. (ANDERSON, 1995, p.13)

incontrastado da ideologia neoliberal nesta região do capitalismo avançado". (ANDERSON, 1995, p. 11)

Os governos neoliberais progressivamente sucatearam o estado de bem-estar social, enquanto os serviços de educação e saúde cada vez mais iam sendo transferidos para a iniciativa privada. Na medida em que o Estado abria mão de seus gastos, os governos possibilitariam maiores chances de acúmulo do capital privado, o que resultaria em mais investimentos, criação de empregos etc. Além disso, as políticas neoliberais apregoavam o livre comércio e a desregulamentação dos mercados, visando dinamizar as trocas internacionais. O crescente comércio internacional, aliado as novas tecnologias da Terceira Revolução Industrial e ao próprio colapso do bloco socialista, ambos no fim da década de 1990, acelerou o processo de globalização da economia, gerando inclusive a formação ou consolidação de blocos econômicos como a União Européia, o NAFTA (EUA, México e Canadá) e o Mercosul (formado em torno de Brasil e Argentina). Deve-se ressaltar que a defesa do livre comércio muitas vezes se limitou apenas ao discurso. Na prática, diversos países capitalistas avançados, entre os quais França e Estados Unidos, adotaram, e ainda adotam, políticas protecionistas, principalmente no setor agrícola.

Seguindo a nova orientação de cunho neoliberal, o BIRD, rebatizado de Banco Mundial, e o FMI concentram suas ações em conceder empréstimos aos países subdesenvolvidos. Depois de dois empréstimos feitos à Inglaterra e Itália, em 1977, apenas países em desenvolvimento mantiveram-se como clientes de seus empréstimos. Segundo Hobsbawm,

O problema era que, desde a década de 1970, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, politicamente apoiados pelos EUA, vinham seguindo uma política sistematicamente favorecedora da economia de livre mercado, empresa privada e livre comércio global, que servia a economia americana de fins do século XX, mas não necessariamente ao mundo. (HOBSBAWM, 1995, p.556).

Os efeitos dessas mudanças foram sentidos também na América Latina. O "Consenso de Washington" é um conjunto de medidas, formuladas em novembro de 1989 por essas grandes agências, a fim de promover um "ajustamento macroeconômico" dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldade. Dentre as medidas estavam privatizações das empresas estatais, abertura comercial, diminuição dos gastos públicos, estabilidade monetária.

No Brasil as diretrizes neoliberais (com as determinações firmadas em Washington) foram implantadas pelos governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). O Estado brasileiro acabou incentivando o crescimento do setor privado em detrimento das políticas públicas, e a educação foi diretamente afetada pelas mudanças. Ocorreu um aumento no setor privado da educação, crescendo o número de instituições de ensino superior particulares, bem como as escolas de nível básico.

A década de 90, para educação brasileira, ficou marcada pela dependência financeira do Brasil ao capital estrangeiro, devido aos empréstimos solicitados ao FMI. Nesse contexto, apesar de se buscar formar mais alunos, e regularizar idade e série, o que aconteceu foi que muitos alunos começaram a se formar, mas a qualidade não foi garantida. O resultado foram alunos que iniciam o ensino médio sem possuírem, sequer o domínio da língua portuguesa.

No governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) iniciou-se uma reforma da educação média e profissional. Houve a promoção da desvinculação entre o ensino de formação geral e o técnico. Na Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases) voltada para a educação em todos os âmbitos dos sistemas públicos, priorizou-se o ensino fundamental, na idade correspondente (06 a 14 anos), deixando a educação profissional em nível médio voltada para "*a formação geral*" e a preparação "*para o exercício de profissões técnicas*". A educação profissional e tecnológica situou-se em um capítulo separado e ficou denominada como uma modalidade não-regular de ensino. Dentre as atribuições da União não constava o financiamento da educação profissional, e assim não ficou clara, nesse momento, a definição de seu financiamento. Seu desenvolvimento poderia acontecer de forma articulada ao ensino regular, ou por diferentes estratégias de educação continuada. Compreendia: a formação inicial e continuada ou qualificação profissional, educação profissional técnica (ensino médio), tecnológica de graduação e pós-graduação.

Um ano depois foi feita a regulamentação da educação profissional. O Decreto nº 2.208/97 separou-a do ensino médio e dividiu-a em três níveis de formação: básico, técnico e tecnológico, articulada com o ensino regular. Em 2001, a Lei nº 10.172/01 que aprovou o Plano Nacional de Educação, apresentou o diagnóstico da educação e traçou as diretrizes para a educação profissional. A lei manteve a linha das políticas adotadas anteriormente, da formação voltada para o trabalho, de forma a atender as necessidades dos mercados regionais, e a flexibilização da formação do pessoal docente.

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva foi aprovado, em 2004, o Decreto nº 5.154/04 que retomou a integração entre ensino médio e educação profissional. Nesse decreto, ficou a critério das escolas, dos sistemas, e das redes promoverem ou não a integração. Assim, poucas foram as instituições que adotaram o modelo integrado, e, mesmo na rede federal de educação tecnológica, somente uma parte aderiu à proposta. As secretarias também permaneceram separadas o que dificultou ainda mais a implantação da integração. As questões do ensino médio eram tratadas na Secretaria de Educação Básica e as relacionadas a educação profissional na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

Havia a preocupação em alinhar as políticas para a educação profissional aos modelos propostos por organismos internacionais, ou seja, de desenvolvimento de modelos de educação profissional não formal e de capacitação para o trabalho, voltados para jovens e adultos. Dentro das estratégias ampliou-se o número de instituições que oferecem a educação profissional, a oferta de educação tecnológica a distância e as vagas para educação de jovens e adultos.

O CEFET Paraná transformou-se em Universidade Tecnológica Federal do Paraná, mudança que já estava permitida na LDB de 1996, no Artigo 52, pelo conceito de *universidade especializada*, em que ficou autorizada a criação da mesma por campo do saber, mas que até então não havia sido criada.

Em 2007, o Decreto nº 6.095/07, estabeleceu as diretrizes para o processo de integração das instituições, transformando os CEFETs em IFETs. Estabeleceu-se uma rede federal de educação profissional e tecnológica que passou a ser composta por: IFETs, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, CEFET-RJ, CEFET-MG e escolas técnicas vinculadas às universidades federais (formação técnica de nível médio).

Na transformação dos CEFETs em IFETs, segundo a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, os institutos passam a ter natureza jurídica de autarquia, que lhes conferem autonomia administrativa, didático-pedagógica e disciplinar, patrimonial, além de serem consideradas instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

A atuação foi ampliada a todos os níveis e modalidades de ensino na educação profissional e tecnológica²; as instituições passaram desenvolver pesquisas aplicadas e atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades dessa educação, e de forma articulada com o setor produtivo e segmentos sociais. Passara a ofertar cursos de graduação de nível superior abrangendo bacharelados tecnológicos e cursos superiores de tecnologia, cursos de pós-graduação *lato sensu*, (aperfeiçoamento e especialização), para formar especialistas para atuar na educação profissional e tecnológica, cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), preferencialmente de natureza profissional, e cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica, para formar docentes para a educação básica, principalmente nas áreas de ciências e matemática. Os CEFETs puderam optar por sua transformação sendo necessária a celebração de acordo, que formaliza a adesão voluntária, depois de ser aprovado pelos órgãos superiores de gestão de cada uma das instituições envolvidas.

Nos IFETs, 50% das vagas passaram a se destinar para o ensino médio integrado. Na educação superior, as vagas ficaram destinadas para os cursos de engenharias e 20% das vagas destinadas as licenciaturas em ciências da natureza (física, química, matemática e biologia). Ainda foram incentivadas as licenciaturas de conteúdos específicos da educação profissional e tecnológica. Cada Instituto Federal tem sua estrutura organizada em vários câmpus, com proposta orçamentária anual identificada para cada câmpus e reitoria. Devem promover um ensino verticalizado e integrado, no qual possam integrar a educação básica, profissional e superior como forma de otimizar a estrutura física, o quadro de pessoal e os recursos de gestão.

² Os CEFETs também tinham a proposta de verticalização do ensino, ou seja, a oferta, em uma mesma instituição de cursos profissionais em diferentes graus e níveis de ensino, mas estudos apontam a dificuldade dos CEFETs para colocarem em prática a proposta

A expansão é algo recente e que vem despertando o interesse de muitos pesquisadores dos Programas de Pós-Graduação do Brasil. O objetivo deste artigo é fazer um levantamento da produção acadêmica que trata dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, através do mapeamento dos resumos de teses e dissertações.

2. AS PESQUISAS SOBRE OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL

O Banco de Teses Capes é um banco de dados em que se encontra reunida toda a produção da Pós-Graduação do Brasil, de 1987 até hoje, no que diz respeito a *stricto sensu*, ou seja, mestrados e doutorados. Desta forma, quando se deseja compreender sobre um temática, pode-se antes traçar um panorama dos estudos já finalizados na área. Tal busca auxilia não só aqueles que estão iniciando sua pesquisa como também profissionais atuantes que desejam compreender melhor a realidade e questões que o cercam.

Nós utilizamos como metodologia a bibliometria, que teve sua origem ainda no século XIX com o inglês Bradford. Segundo Hayashi (2004) se aplica perfeitamente a pesquisas que desejam oferecer o estado da arte do conhecimento de um determinado tema, fazendo também um levantamento estatístico das produções escritas.

Foi realizado um levantamento dos trabalhos disponibilizados no Banco de Teses Capes, com as expressões exatas “instituto federal” e “rede federal de educação”. Na primeira opção foram encontrados 395 trabalhos, na segunda 52 trabalhos. A maioria dos trabalhos estão voltados para estudos pontuais, relacionados muitas vezes a uma prática dos cursos oferecidos. Assim, elencamos aqueles que discutiam a ampliação da rede e a criação dos Institutos Federais, bem como analisavam aspectos referentes a sua implantação, dificuldades etc. Desta forma foram escolhidos para a análise 20 trabalhos. Consideramos que nesta escolha alguns trabalhos que abordam a questão possam ter sido deixados de lado e poderão também ser utilizados em pesquisas futuras.

Apenas um dos trabalhos não foram desenvolvido em instituição pública, observando um panorama geral temos que: seis são da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, um da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, um da Universidade Federal Fluminense, três da Universidade Federal de Brasília, um da Universidade Federal de Minas Gerais, um do CEFET de Minas Gerais, um da Universidade Federal de Campina Grande, um da Universidade Federal de Mato Grosso, um da Universidade Estadual de Campinas, dois da Universidade Federal de São Carlos, um da Universidade Potiguar, um da Universidade Federal de Passo Fundo. Observa-se neste levantamento que a maioria dos trabalhos estão localizados em instituições do Rio de Janeiro, concentrando nove dos vinte e dois trabalhos. De tal forma teremos a seguinte distribuição considerando as regiões:

Tabela 1- Número de trabalhos por região brasileira

Região	Número de Trabalhos
Centro Oeste	4
Norte	-
Nordeste	2
Sudeste	13
Sul	1

Os trabalhos selecionados foram aqueles que de alguma forma dialogaram com o processo de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica, e assim analisam a implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Michele de Almeida, na dissertação defendida em 2010 na Universidade Federal de Passo Fundo, **Os IFETs: um estudo da expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica**, fez um levantamento de todos os IFETs criados no Brasil. Sua dissertação fornece dados gerais para o cenário nacional. A própria autora aponta em suas conclusões que a temática demanda muito estudo e sugere algumas temáticas,

Serão necessárias novas pesquisas após o processo de implantação, porém alguns questionamentos tornam-se pertinentes. Como essas novas concepções serão adaptadas na sociedade? Os novos *campis* criados, em regiões que desconheciam a história da educação profissional, terão o mesmo reconhecimento que os já existentes? Como será a integração de escolas que possuíam objetivos diferentes? Qual a contribuição para o País com esse grande investimento financeiro? (SCMIDT, 2010:124)

Abiane Campos Mendes, na dissertação defendida em 2011 na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, **A participação e a democracia no processo de mudanças de esfera do atual Câmpus de Platina do IFB**, identificou uma dificuldade da efetiva realização de uma gestão democrática na instituição, destacando a importância da luta por uma escola democrática que reúne os cidadãos em torno de princípios como justiça e igualdade.

Aline Moraes da Costa, na dissertação defendida em 2011 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, **Profissional e Interiorização: o caso de Volta Redonda como expressão do nacional**, apontou características da educação oferecida pelo IFET, como a ampliação das camadas sociais que tem acesso ao ensino de qualidade oferecido e a permanência da dualidade com o ensino regular e o vínculo direto com o mundo produtivo.

Márcio Luiz Bastos da Silva, na dissertação defendida em 2011 na Universidade Federal do Rio de Janeiro, **Os novos desafios da Educação Profissional e Tecnológica na Bahia após a Implantação do IFET baiano**, buscou através de aplicação de questionário reunir os maiores desafios enfrentados pela instituição na consolidação da nova estrutura organizacional.

Marcos César Frazão, na dissertação defendida em 2010 na Universidade Federal do Rio de Janeiro, **A importância das práticas de campo no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Catarinense- Câmpus Rio do Sul para a formação do Técnico Agrícola**, indicou que nos dias atuais com a reforma do sistema educacional a pedagogia adotada apregoa o aprender a aprender, onde as aulas práticas de campo são concedidas no intuito educativo e não produtivo. Neste trabalho constatou-se através da aplicação de questionários aos alunos do terceiro ano e egressos, que as aulas práticas tem um efeito significativo sobre a formação técnica.

Mônica Graziella de Paolis, Bartholo, na dissertação defendida em 2011 na Universidade de Brasília, **Em busca de uma escola: as políticas públicas e a implantação do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Goiás**, a autora afirma que como a implantação é recente ainda não se pode comprovar, economicamente falando, a contribuição do instituto ao desenvolvimento local e regional, porém, as entrevistas demonstraram que, apesar de pouco tempo de funcionamento já se nota a mudança de postura da comunidade local em relação ao seu desenvolvimento.

Nilza Helena de Oliveira, na tese defendida em 2010 na Universidade Federal de Minas Gerais, **Instituições Federais de Educação Tecnológica: estabelecimentos escolares de referência no ensino brasileiro- o caso do CEFET MG**, mostrou que a implantação e consolidação do ensino superior no CEFET-MG fez com que a organização, estrutura e funcionamento do seu ensino técnico se assemelhasse a universidade e se distanciasse das formas predominantes nas escolas de ensino médio ou escolas de educação profissional.

Paulo César de Souza Ignácio, na dissertação defendida em 2000 na Universidade Federal Fluminense, **Da educação tecnológica à formação profissional: a reforma do ensino técnico em questão**, apontou o caráter anacrônico da reforma e como ela se desarticula não só de um projeto de inserção soberana do Brasil na nova ordem capitalista mundial, como também, das necessidades históricas da classe trabalhadora.

Juarez Nelson Alves, na dissertação defendida em 2010 na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, **IFET Catarinense: os desafios de sua implantação e qualificação/complementação do quadro docente**, analisou o processo de implantação do Instituto Federal Catarinense- Câmpus Camboriú, com foco na ampliação e qualificação do quadro docente, discutindo brevemente a implantação do modelo IFET em Camboriú. Seus estudos revelaram uma necessidade de maior investimento na capacitação docente, sobretudo voltada a realidade específica dos IFETs.

Simone Aparecida Rocha, na dissertação, **Implementação da reforma da Educação Profissional Técnica de nível médio na Rede Federal de Educação Tecnológica a partir do Decreto nº 5.154 de 2004**, a partir da análise dos documentos oficiais percebeu que a lei faz um entendimento de educação tecnológica num sentido mais amplo que o de formação técnica, diante da integração viabilizada pelo Decreto com vistas ao atendimento de um ensino técnico articulado com o médio, mas não de um ensino integrado propriamente dito, que carregue uma concepção politécnica de educação.

Viviane Silva Ramos, na dissertação defendida em 2011 na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, **Desenvolvimento local e território: uma reflexão sobre o papel dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**, revelou que os documentos oficiais relacionados a lei de criação dos Institutos Federais abordam o papel que tais instituições têm com o desenvolvimento socioeconômico e cultural local no seu território de abrangência. Observou ainda que o câmpus deverá se adequar o seu funcionamento a fim de atender plenamente às exigências legais e aprimorar sua atuação na promoção do desenvolvimento local e regional.

Diogo Fernandes da Silva, na dissertação defendida em 2010 na Universidade Federal de Campina Grande, **A formação profissional diante dos novos desafios do mundo do trabalho: o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba**, percebeu que existem dois momentos diferentes na instituição: o da Reforma de 1997, que separou a educação propedêutica da educação técnica e que impossibilitou o crescimento dos IFETs, e voltou suas ações para a venda de serviços, parcerias, ou seja, ações institucionais típicas do modelo neoliberal vigente naquele momento; e outro momento proporcionado pelo Decreto 5.154/04, que resgata o caráter público dos Institutos, retomando os investimentos e ampliando o número de câmpus.

Ivo da Silva, na dissertação defendida em 2011 na Universidade Federal de Mato Grosso, **Educação e Trabalho: a reforma do ensino técnico- profissional proposta pelo governo federal nos anos 90, no plano global da reestruturação produtiva**, apontou que o conhecimento é uma ferramenta imprescindível da prática educacional, daí a necessidade de se fundamentar toda a atividade educacional que se pretenda desenvolver, numa sólida plataforma epistemológica, pois é mediante a ferramenta do conhecimento que a prática garante sua consistência.

Sérgio Gaudêncio, na dissertação defendida em 2010 na Universidade de Brasília, **A distribuição de recursos financeiros intraorganização: um estudo de modelos no cenário da criação dos IFETs**, estudou o Instituto Federal de Pernambuco, observando a partição dos recursos financeiros destinado à reitoria e a todos os *campi*. Sua análise retrocedeu ao entendimento de como eram distribuídos os recursos no CEFET-PE, para então compreender as modificações com a implantação do IFET.

Emanuel Alves, na dissertação defendida em 2010 na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, na dissertação, **Inserção dos institutos federais e o desenvolvimento local:**

um estudo de caso em Laranjal do Jarí, revelou que os cursos técnicos devem estar relacionados ao extrativismo de produtos florestais, como a castanha-do-Brasil, e a necessidade da criação de projetos ambientais e cursos como Técnico em Floresta e Curso Superior em Gestão Ambiental.

Maria de Nazaré Rodrigues Pereira, na dissertação defendida em 2010 na Universidade de Brasília, **Cultura organizacional: um estudo sobre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará**, dentro da identificação e análise das práticas organizacionais identificou-se como facilitadores para a implementação a credibilidade de uma instituição centenária; possibilidade de oferta em todas as modalidades de ensino, plano de carreira, estrutura física completa, contratação de recursos humanos, atuação no colégio de dirigentes, autonomia orçamentária, descentralização do poder, presença do reitor e pró-reitorias, novos financiamentos. Como pontos dificultadores foram identificados: baixa velocidade da internet, meio de transporte deficitário, corpo docente insuficiente e inexperiente, dificuldade de deslocamento entre os municípios, meio de transporte deficitário, falta de definição de papéis e atores, aligeiramento do processo de implementação e remanejamento de servidor.

Maria Alice Sens Brezinski, na dissertação defendida em 2011 na Universidade Estadual de Campinas, **O novo modelo para a educação profissional e tecnológica e avaliação institucional: efeitos das políticas públicas sobre a configuração do Instituto Federal de Santa Catarina**, indicou que as mudanças no cenário nacional acabam influenciando no desenvolvimento institucional, e seu trabalho revelou alguns dos efeitos e desafios de participar desta mudança.

Artur Gomes, na dissertação defendida em 2010 na Universidade Potiguar, **Marketing Educacional: uma análise da relação entre orientação para o mercado e desempenho em Institutos federais de educação, ciência e tecnologia**, da área da administração, analisou a relação entre a orientação para o mercado e os institutos federais.

Juliana Gimenes, na dissertação defendida em 2010 na Universidade Federal de São Carlos, **A Educação Profissional e os Fundamentos da Escola Unitária Gramsciniana: o caso do campus São João da Boa Vista do IFET de São Paulo**, investigou a educação profissional oferecida no Campus São João da Boa Vista, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, analisando a formação que se pretende proporcionar aos alunos.

Marta Quadros, na dissertação defendida em 2011 na Universidade Federal de São Carlos, **O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia e o PROEJA: o caso do campus de Vitória da Conquista**, estudou o programa PROEJA, de formação de jovens e adultos na forma integrada a educação profissional, a fim de verificar a efetividade do mesmo e o alcance para o público que se destina.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhos apontaram para uma realidade que ainda demanda estudos, e mostrou também que nos últimos anos as instituições públicas que ofertam educação profissional estão se reorganizando a fim de acompanharem a expansão da rede federal de educação profissional no Brasil. A criação dos institutos ainda é algo recente e que passa por mudanças diárias, mas os trabalhos são tanto um ponto de partida para os que desejam estudar os IFETs, como também são uma referência para que os atuais professores e demais servidores de tais instituições federais possam orientar a sua prática .

Em síntese os textos elencados reconstroem as histórias de suas instituições tecendo algumas análises sobre a mudança de 2008 para Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia.

4. REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br> Acesso em: 02/06/2011
2. _____. [Lei No 10.172, de 9 de janeiro de 2001](#). Disponível em: <www.planalto.gov.br> Acesso em: 02/06/2011
3. _____. Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Disponível em: <www.planalto.gov.br> Acesso em: 08/06/2011
4. _____. [Decreto Nº 2.208, de 17 de abril de 1997](#). Disponível em: <www.planalto.gov.br> Acesso em: 02/06/2011
5. _____. [Decreto Nº 5.154 de 23 de julho de 2004](#) Disponível em: <www.planalto.gov.br> Acesso em: 02/06/2011
6. _____. Decreto Nº 6.095, de 24 de abril de 2007. Disponível em: <www.planalto.gov.br> Acesso em: 02/06/2011
7. ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo”, in Pablo Gentili e Emir Sader (orgs.), **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**, Rio Janeiro, Paz e Terra, 1995. pp. 9-23.
8. FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil**. Revista Pesquisa & Debate do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política – Departamento de Economia da PUCSP, SP, Volume 15, n. 2 (26), pp. 225-256, 2004. Disponível em: http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/Origens_do_Desenvolvimentismo.pdf> Acesso em: 01/09/2011.
9. HAYASHI, C.R.M. **Presença da educação brasileira na base de dados Francis®** :uma abordagem bibliométrica. São Carlos, 2004. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de São Carlos.
10. HOBBSAWM, Eric J. **A era dos extremos: O breve século XX (1914-1991)**. Trad. Marcos Santarrita. Companhia das Letras: São Paulo, 1995.
11. KUENZER, Acácia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, J.C., SAVIANI, D. e SANFELICE, J.L. (orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. São Paulo: Autores Associados, 2002.
12. NETTO, José Paulo. Relendo a teoria marxista da história. In: LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luiz; SAVIANI, Demerval. (orgs.) **História e História da Educação: o debate teórico-metodológico atual**. Campinas: Autores Associados/ HISTEDBR, 1998.
13. PIRES, R.P. et al. Trabalho, formação profissional e políticas públicas: possibilidades de novas articulações?. IN:**Revista Trabalho e Educação**. Belo Horizonte: UFMG,2002.
14. SAVIANI, Dermeval. Transformações do Capitalismo, do Mundo do Trabalho e da Educação. In: LOMBARDI, J.C., SAVIANI, D. e SANFELICE, J.L. (orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. São Paulo: Autores Associados, 2002.